

## **Leia redações do Enem 2015 que tiraram nota máxima**

### **Notícias**

Postado em: 17/06/2016 10:10

Inep liberou consulta à correção dos textos nesta semana, após três meses de atraso. Tema foi a violência contra a mulher no Brasil.

Fonte: Agência Patrícia Galvão

Dez candidatos que tiraram nota 1.000 na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015 forneceram os textos ao G1. Na segunda-feira (13), depois de mais de três meses de atraso, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) liberou a consulta ao espelho da redação para fins pedagógicos.

O tema da redação foi "A Persistência da Violência contra a Mulher na Sociedade Brasileira". Dos 5.631.606 textos corrigidos, 104 obtiveram nota mil. Outros 53.032 foram anulados e receberam nota zero.

De acordo com o Inep, foram anuladas as redações que fugiram do tema, desrespeitaram os direitos humanos e escreveram em uma tipologia diferente da solicitada, dentre outras razões. As orientações e os textos de apoio recebidos pelos candidatos no dia do Enem estão no final desta matéria.

Veja abaixo a TRANSCRIÇÃO LITERAL das redações, sem edições:

Amanda Carvalho Maia Castro

A violência contra a mulher no Brasil tem apresentado aumentos significativos nas últimas décadas. De acordo com o Mapa da Violência de 2012, o número de mortes por essa causa aumentou em 230% no período de 1980 a 2010. Além da física, o balanço de 2014 relatou cerca de 48% de outros tipos de violência contra a mulher, dentre esses a psicológica. Nesse âmbito, pode-se analisar que essa problemática persiste por ter raízes históricas e ideológicas.

O Brasil ainda não conseguiu se desprender das amarras da sociedade patriarcal. Isso se dá porque, ainda no século XXI, existe uma espécie de determinismo biológico em relação às mulheres. Contrariando a célebre frase de Simone de Beauvoir "Não se nasce mulher, torna-se mulher", a cultura brasileira, em grande parte, prega que o sexo feminino tem a função social de se submeter ao masculino, independentemente de seu convívio social, capaz de construir um ser como mulher livre. Dessa forma, os comportamentos violentos contra as mulheres são naturalizados, pois estavam dentro da construção social advinda da ditadura do patriarcado. Conseqüentemente, a punição para este tipo de agressão é dificultada pelos traços culturais existentes, e, assim, a liberdade para o ato é aumentada.

Além disso, já o estigma do machismo na sociedade brasileira. Isso ocorre porque a ideologia da

superioridade do gênero masculino em detrimento do feminino reflete no cotidiano dos brasileiros. Nesse viés, as mulheres são objetificadas e vistas apenas como fonte de prazer para o homem, e são ensinadas desde cedo a se submeterem aos mesmos e a serem recatadas. Dessa maneira, constrói-se uma cultura do medo, na qual o sexo feminino tem medo de se expressar por estar sob a constante ameaça de sofrer violência física ou psicológica de seu progenitor ou companheiro. Por conseguinte, o número de casos de violência contra a mulher reportados às autoridades é baixíssimo, inclusive os de reincidência.

Pode-se perceber, portanto, que as raízes históricas e ideológicas brasileiras dificultam a erradicação da violência contra a mulher no país. Para que essa erradicação seja possível, é necessário que as mídias deixem de utilizar sua capacidade de propagação de informação para promover a objetificação da mulher e passe a usá-la para difundir campanhas governamentais para a denúncia de agressão contra o sexo feminino. Ademais, é preciso que o Poder Legislativo crie um projeto de lei para aumentar a punição de agressores, para que seja possível diminuir a reincidência. Quem sabe, assim, o fim da violência contra a mulher deixe de ser uma utopia para o Brasil.

Anna Beatriz Alvares Simões Wreden

Parte desfavorecida

De acordo com o sociólogo Émile Durkheim, a sociedade pode ser comparada a um “corpo biológico” por ser, assim como esse, composta por partes que interagem entre si. Desse modo, para que esse organismo seja igualitário e coeso, é necessário que todos os direitos dos cidadãos sejam garantidos. Contudo, no Brasil, isso não ocorre, pois em pleno século XXI as mulheres ainda são alvos de violência. Esse quadro de persistência de maus tratos com esse setor é fruto, principalmente, de uma cultura de valorização do sexo masculino e de punições lentas e pouco eficientes por parte do Governo.

Ao longo da formação do território brasileiro, o patriarcalismo sempre esteve presente, como por exemplo na posição do “Senhor do Engenho”, conseqüentemente foi criada uma noção de inferioridade da mulher em relação ao homem. Dessa forma, muitas pessoas julgam ser correto tratar o sexo feminino de maneira diferenciada e até desrespeitosa. Logo, há muitos casos de violência contra esse grupo, em que a agressão física é a mais relatada, correspondendo a 51,68% dos casos. Nesse sentido, percebe-se que as mulheres têm suas imagens difamadas e seus direitos negligenciados por causa de uma cultura geral preconceituosa. Sendo assim, esse pensamento é passado de geração em geração, o que favorece o continuismo dos abusos.

Além dessa visão segregacionista, a lentidão e a burocracia do sistema punitivo colaboram com a permanência das inúmeras formas de agressão. No país, os processos são demorados e as medidas coercitivas acabam não sendo tomadas no devido momento. Isso ocorre também com a Lei Maria da Penha, que entre 2006 e 2011 teve apenas 33,4% dos casos julgados. Nessa perspectiva, muitos indivíduos ao verem essa ineficiência continuam violentando as mulheres e não são punidos. Assim, essas são alvos de torturas psicológicas e abusos sexuais em diversos locais, como em casa e no trabalho.

A violência contra esse setor, portanto, ainda é uma realidade brasileira, pois há uma diminuição do valor das mulheres, além do Estado agir de forma lenta. Para que o Brasil seja mais articulado como um “corpo biológico” cabe ao Governo fazer parceria com as ONGs, em que elas possam

encaminhar, mais rapidamente, os casos de agressões às Delegacias da Mulher e o Estado fiscalizar severamente o andamento dos processos. Passa a ser a função também das instituições de educação promoverem aulas de Sociologia, História e Biologia, que enfatizem a igualdade de gênero, por meio de palestras, materiais históricos e produções culturais, com o intuito de amenizar e, futuramente, acabar com o patriarcalismo. Outras medidas devem ser tomadas, mas, como disse Oscar Wilde: “O primeiro passo é o mais importante na evolução de um homem ou nação.”

Cecília Maria Lima Leite

Violação à dignidade feminina

Historicamente, o papel feminino nas sociedades ocidentais foi subjugado aos interesses masculinos e tal paradigma só começou a ser contestado em meados do século XX, tendo a francesa Simone de Beauvoir como expoente. Conquanto tenham sido obtidos avanços no que se refere aos direitos civis, a violência contra a mulher é uma problemática persistente no Brasil, uma vez que ela se dá- na maioria das vezes- no ambiente doméstico. Essa situação dificulta as denúncias contra os agressores, pois muitas mulheres temem expor questões que acreditam ser de ordem particular.

Com efeito, ao longo das últimas décadas, a participação feminina ganhou destaque nas representações políticas e no mercado de trabalho. As relações na vida privada, contudo, ainda obedecem a uma lógica sexista em algumas famílias. Nesse contexto, a agressão parte de um pai, irmão, marido ou filho; condição de parentesco essa que desencoraja a vítima a prestar queixas, visto que há um vínculo institucional e afetivo que ela teme romper.

Outrossim, é válido salientar que a violência de gênero está presente em todas as camadas sociais, camuflada em pequenos hábitos cotidianos. Ela se revela não apenas na brutalidade dos assassinatos, mas também nos atos de misoginia e ridicularização da figura feminina em ditos populares, piadas ou músicas. Essa é a opressão simbólica da qual trata o sociólogo Pierre Bourdieu: a violação aos Direitos Humanos não consiste somente no embate físico, o desrespeito está –sobretudo- na perpetuação de preconceitos que atentam contra a dignidade da pessoa humana ou de um grupo social.

Destarte, é fato que o Brasil encontra-se alguns passos à frente de outros países o combate à violência contra a mulher, por ter promulgado a Lei Maria da Penha. Entretanto, é necessário que o Governo reforce o atendimento às vítimas, criando mais delegacias especializadas, em turnos de 24 horas, para o registro de queixas. Por outro lado, uma iniciativa plausível a ser tomada pelo Congresso Nacional é a tipificação do feminicídio como crime de ódio e hediondo, no intuito de endurecer as penas para os condenados e assim coibir mais violações. É fundamental que o Poder Público e a sociedade – por meio de denúncias – combatam práticas machistas e a execrável prática do feminicídio.

Caio Nobuyoshi Koga

Conserva a Dor

O Brasil cresceu nas bases parterneristas da sociedade europeia, visto que as mulheres eram excluídas das decisões políticas e sociais, inclusive do voto. Diante desse fato, elas sempre foram tratadas como cidadãs inferiores cuja vontade tem menor validade que as demais. Esse modelo de

sociedade traz diversas consequências, como a violência contra a mulher, fruto da herança social conservadora e da falta de conscientização da população.

Casos relatados cotidianamente evidenciam o conservadorismo do pensamento da população brasileira. São constantes as notícias sobre o assédio sexual sofrido por mulheres em espaços públicos, como no metrô paulistano. Essas ações e a pequena reação a fim de acabar com o problema sofrido pela mulher demonstram a normalidade da postura machista da sociedade e a permissão velada para o seu acontecimento. Esses constantes casos são frutos do pensamento machista que domina a sociedade e descende diretamente do paternalismo em que cresceu a nação.

Devido à postura machista da sociedade, a violência contra a mulher permanece na contemporaneidade, inclusive dentro do Estado. A mulher é constantemente tratada com inferioridade pela população e pelos próprios órgãos públicos. Uma atitude que demonstra com clareza esse tratamento é a culpabilização da vítima de estupro que, chegando à polícia, é acusada de causar a violência devido à roupa que estava vestindo. A violência se torna dupla, sexual e psicológica; essa, causada pela postura adotada pela população e pelos órgãos públicos frente ao estupro, causando maior sofrimento à vítima.

O pensamento conservador, machista e misógino é fruto do patriarcalismo e deve ser combatido a fim de impedir a violência contra aquelas que historicamente sofreram e foram oprimidas. Para esse fim, é necessário que o Estado aplique corretamente a lei, acolhendo e atendendo a vítima e punindo o violentador, além de promover a conscientização nas escolas sobre a igualdade de gênero e sobre a violência contra a mulher. Cabe à sociedade civil, o apoio às mulheres e aos movimentos feministas que protegem as mulheres e defendem os seus direitos, expondo a postura machista da sociedade. Dessa maneira, com apoio do Estado e da sociedade, aliado ao debate sobre a igualdade de gênero, é possível acabar com a violência contra a mulher.

José Miguel Zanetti Trigueros

Por um basta na violência contra a mulher

A violência contra a mulher no Brasil ainda é grande. Entretanto, deve haver uma distinção entre casos gerais (que ocorrem independentemente do sexo da vítima) e casos específicos. Os níveis de homicídios, assaltos, sequestros e agressões são altos, portanto, o número de mulheres atingidas por esse índice também é grande. Em casos que a mulher é vítima devido ao seu gênero, como estupro, abusos sexuais e agressões domésticas, as Leis Maria da Penha e do Feminicídio, aliadas às Delegacias das Mulheres e ao Ligue 180 são meios de diminuir esses casos.

O sistema de segurança no Brasil é falho. Como a violência é alta e existe uma enorme burocracia, os casos denunciados e julgados são pequenos. Além do mais, muitas mulheres têm medo de seus companheiros ou dependem financeiramente deles, não contando as agressões que sofrem. Dessa forma, mais criminosos ficam livres e mais mulheres se tornam vítimas.

Alguns privilégios são necessários para garantir a integridade física e moral da vítima, como a Lei Maria da Penha, que é um marco para a igualdade de gênero e serve de amparo para todo tipo de violência doméstica e já analisou mais de 300 mil casos. Há também medidas que contribuem para reduzir assédios sexuais e estupro, como a criação do vagão feminino em São Paulo e a permissão para que ônibus parem em qualquer lugar durante a noite, desde que isso seja solicitado

por uma mulher.

Também é alarmante os casos que envolvem turismo sexual. Durante a Copa do Mundo de 2014, houve um grande fluxo de estrangeiros para o Brasil. Muitos vêm apenas para se relacionar com as mulheres brasileiras, algo ilegal, que a prostituição é crime. Não bastasse, o pior é o envolvimento de menores de idade. Inúmeros motivos colocam crianças e adolescentes nessa vida, como o abandono familiar, o aliciamento por terceiros e até sequestros.

Portanto, para reduzir drasticamente a violência contra a mulher, deve ocorrer uma intensificação na fiscalização, através das Leis que protegem as vítimas femininas. No que se refere à punição dos criminosos, deve ocorrer o aumento das penas ou até atitudes mais drásticas, como a castração química de estupradores (garantindo a reincidência zero). Para aumentar o número de denúncias, a vítima deve se sentir protegida e não temer nada. Por isso, mobilizações sociais, através de propagandas e centros de apoio devem ser adotadas. Todas essas medidas culminariam em mais denúncias, mais julgamentos e mais prisões, além de diminuir os futuros casos, devido às prisões exemplares.

Julia Guimarães Cunha

O feminismo é o movimento que luta pela igualdade social, política e econômica dos gêneros. Hodiernamente, muitas conquistas em prol da garantia dessas igualdades já foram alcançadas – a exemplo do direito ao voto para as mulheres, adquirido no Governo Vargas. Entretanto, essas conquistas não foram suficientes para eliminar o preconceito e a violência existentes na sociedade brasileira.

De acordo com o site “Mapa da Violência”, nas últimas três décadas houve um aumento de mais de 200% nos índices de feminicídio no país. Esse dado evidencia a baixa eficiência dos mecanismos de auxílio à mulher, tais como a Secretaria de Políticas para as mulheres e a Lei Maria da Penha. A existência desses mecanismos é de suma importância, mas suas ações não estão sendo satisfatórias para melhorar os índices alarmantes de agressões contra o, erroneamente chamado, “sexo frágil.”

Mas, apesar de ser o principal tipo, não é só agressão física a responsável pelas violências contra a mulher. Devido ao caráter machista e patriarcal da sociedade brasileira, o preconceito começa ainda na juventude, com o tratamento desigual dado a filhos e filhas – comumente nota-se uma maior restrição para o sexo feminino. Além disso, há a violência moral, ainda muito frequente no mercado de trabalho. Pesquisas comprovam que, no Brasil, o salário dado a homens e mulheres é diferente, mesmo com ambos exercendo a mesma função. Ademais, empresas preferem contratar funcionários do sexo masculino para não se preocuparem com uma possível licença maternidade.

É evidente, portanto, que ainda há entraves para garantir a segurança da mulher brasileira. Desse modo, o Estado deve, mediante a ampliação da atuação dos órgãos competentes, assegurar o atendimento adequado às vítimas e a punição correta aos agressores. Além disso, cabe às empresas a garantia de igualdade no espaço laboral, pagando um salário justo e admitindo funcionários pela sua qualificação, livre de preconceitos. Por fim, é dever da sociedade o respeito ao sexo feminino, tratando igualmente homem e mulher. Assim, alcançar-se-á uma sociedade igualitária e de harmonia para ambos os gêneros.

Sofia Dolabela Cunha Saúde Belém

É inegável o fato de que, na sociedade brasileira contemporânea, a igualdade de gêneros é algo que existe apenas na teoria. Medidas como a criação da Lei Maria da Penha e da Delegacia da Mulher, apesar de auxiliarem na fiscalização contra a violência ao sexo feminino e na proteção das vítimas, são insuficientes e pouco eficazes, algo comprovado através da alta taxa de feminicídios ocorridos em nosso país, além dos enormes índices de relatos de vítimas de violência.

O aumento notório de crimes contra a mulher realizados na última década deve-se a inúmeros fatores. A completa burocracia presente nos processos de atendimento às vítimas de estupro, por exemplo, refuta mulheres que apresentam traumas e não recebem acompanhamento psicológico adequado, sendo orientadas a realizar o exame de corpo de delito, procedimento, por vezes, invasivo. Além disso, é comum que o relato da vítima tenha sua veracidade questionada, não recebendo a atenção necessária. Com o afastamento de possíveis denúncias, não há redução no número de assassinatos e de episódios violentos.

A cultura machista em que estamos inseridos dissemina valores como a culpabilização da vítima: muitas vezes, a mulher se cala porque pensa que é a culpada pela violência que sofre. Acredita-se, também, que apenas a violência física e sexual deve ser denunciada, ou que a opressão moral é algo comum. A passividade diante de tais situações cede espaço para o crescimento de comportamentos violentos dentro da sociedade.

Tendo em vista as causas dos altos índices de violência contra a mulher no Brasil, é necessário que haja intervenção governamental para aprimorar os órgãos de defesa contra tais crimes, de modo a tornar o atendimento mais rápido e atencioso. O mais importante, no entanto, é atingir a origem do problema e instituir em escolas aulas obrigatórias sobre igualdade de gênero, apresentando de forma mais simples conceitos desenvolvidos, por exemplo, por Simone de Beauvoir, de modo a desconstruir desde cedo ideias preconceituosas que são potenciais estimulantes para futuros comportamentos violentos.

Valéria da Silva Alves

A submissão da mulher em uma sociedade patriarcalista como a brasileira é um fato que tem origens históricas. Por todo o mundo, a figura feminina teve seus direitos cerceados e a liberdade limitada devido ao fato de ser considerada “frágil” ou “sensível”, ainda que isso não pudesse ser provado cientificamente. Tal pensamento deu margem a uma ampla subjugação da mulher e abriu portas a atos de violência a ela direcionados.

Nessa perspectiva, a sociedade brasileira ainda é pautada por uma visão machista. A liberdade feminina chega a ser tão limitada ao ponto que as mulheres que se vestem de acordo com as próprias vontades, expondo partes do corpo consideradas irreverentes, correm o risco de serem violentadas sob a justificativa de que “estavam pedindo por isso”. Esse pensamento perdura no meio social, ainda que muitas conquistas de movimento feministas – pautados no existencialismo da filósofa Simone de Beauvoir – tenham contribuído para diminuir a percepção arcaica da mulher como objeto.

Diante disso, as famílias brasileiras com acesso restrito à informação globalizada ou desavisadas a respeito dos direitos humanos continuam a pôr em prática atos atrozos em direção àquela que deveria ser o centro de gravitação do lar. A violência doméstica, em especial física e psicológica, é praticada por homens com necessidade de autoafirmação ou sob influência de drogas (com

destaque para o álcool) e faz milhares de vítimas diariamente no país. Nesse sentido, a criação de leis como a do feminicídio e Maria da Penha foram essenciais para apaziguar os conflitos e dar suporte a esse grupo antes marginalizado.

Paralelo a isso, o exemplo dado pelo pai ao violentar a companheira tem como consequência a solidificação desse comportamento psicológico dos filhos. As crianças, dotadas de pouca capacidade de discernimento, sofrem ao ver a mãe sendo violentada e têm grandes chances de se tornarem adultos violentos, contribuindo para a manutenção das práticas abusivas nas gerações em desenvolvimento e dificultando a extinção desse comportamento na sociedade.

Desde os primórdios, nas primeiras sociedades formadas na Antiguidade até hoje, a mulher luta por liberdade, representatividade e respeito. O Estado pode contribuir nessa conquista ao investir em ONGs voltadas à defesa dos direitos femininos e ao mobilizar campanhas e palestras públicas em escolas, comunidades e na mídia, objetivando a exposição da problemática e o debate acerca do respeito aos direitos femininos. É importante também a criação de um projeto visando a distribuição de histórias em quadrinhos e livros nas escolas, conscientizando as crianças e jovens sobre a “igualdade de gênero” de forma interativa e divertida.

Richard Wagner Caputo Neves

Da teoria à prática

Desde o Iluminismo, já sabemos – ou deveríamos saber – que uma sociedade só progride quando um se mobiliza com o problema do outro. No entanto, quando se observa a persistência da violência contra a mulher no Brasil em pleno século XXI, percebe-se que esse ideal iluminista é verificado na teoria e não desejavelmente na prática. Muitos importantes passos já foram dados na tentativa de se reverter esse quadro. Entretanto, para que seja conquistada uma convivência realmente democrática, não de ser analisadas as verdadeiras causas desse mal.

Em uma primeira abordagem, é importante sinalizar que, ainda que leis como a “Maria da Penha” tenham contribuído bastante para o crescimento do número de denúncias relacionadas à violência – física, moral, psicológica, sexual – contra a mulher, ainda se faz presente uma limitação. A questão emocional, ou seja, o medo, é uma causa que desencoraja inúmeras denúncias: muitas vezes, a suposta submissão econômica da figura feminina agrava o desconforto. Em outros casos, fora do âmbito familiar, são instrumentos da perpetuação da violência o medo de uma retaliação do agressor e a “vergonha social”, o que desestimula a busca por justiça e por direitos, peças-chave na manutenção de qualquer democracia.

Em uma análise mais aprofundada, devem ser considerados fatores culturais e educacionais brasileiros. Por muito tempo, a mulher foi vista como um ser subordinado, secundário. Esse errôneo enraizamento moral se comunica com a continuidade da suposta “diminuição” da figura feminina, o que eventualmente acarreta a manutenção de práticas de violência das mais variadas naturezas. A patriarcal cultura verde-amarela, durante muitos anos, foi de encontro aos princípios do Iluminismo e da Revolução Francesa: nesse contexto, é fundamental a reforma de valores da sociedade civil.

Torna-se evidente, portanto, que a persistência da violência contra a mulher no Brasil é grave e exige soluções imediatas, e não apenas um belo discurso. Ao Poder Judiciário, cabe fazer valer as leis já existentes, oriundas de inúmeros discursos democráticos. A mídia, por meio de ficções engajadas, deve abordar a questão instigando mais denúncias – cumprindo, assim, o seu importante

papel social. A escola, instituição formadora de valores, junto às Ong's, deve promover palestras a pais e alunos que discutam essa situação de maneira clara e eficaz. Talvez dessa forma a violência contra a mulher se faça presente apenas em futuros livros de história e a sociedade brasileira possa transformar os ideais iluministas em prática, e não apenas em teoria.

Izadora Peter Furtado

A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira é um problema muito presente. Isso deve ser enfrentado, uma vez que, diariamente, mulheres são vítimas dessa questão. Nesse sentido, dois aspectos fazem-se relevantes: o legado histórico cultural e o desrespeito às leis.

Segundo a História, a mulher sempre foi vista como inferior e submissa ao homem. Comprova-se isso pelo fato de elas poderem exercer direitos políticos, ingressarem no mercado de trabalho e escolherem suas próprias roupas muito tempo depois do gênero oposto. Esse cenário, juntamente aos inúmeros casos de violência contra as mulheres, corroboram a ideia de que elas são vítimas de um legado histórico-cultural. Nesse ínterim, a cultura machista prevaleceu ao longo dos anos a ponto de enraizar-se na sociedade contemporânea, mesmo que de forma implícita, à primeira vista.

Conforme previsto pela Constituição Brasileira, todos são iguais perante à lei, independente de cor, raça ou gênero, sendo a isonomia salarial, aquela que prevê mesmo salário para os que desempenham mesma função, também garantida por lei. No entanto, o que se observa em diversas partes do país, é a gritante diferença entre os salários de homens e mulheres, principalmente se estas foram negras. Esse fato causa extrema decepção e constrangimento a elas, as quais sentem-se inseguras e sem ter a quem recorrer. Desse modo, medidas fazem-se necessárias para solucionar a problemática.

Diante dos argumentos supracitados, é dever do Estado proteger as mulheres da violência, tanto física quanto moral, criando campanhas de combate à violência, além de impor leis mais rígidas e punições mais severas para aqueles que não as cumprem. Some-se a isso investimentos em educação, valorizando e capacitando os professores, no intuito de formar cidadãos mais comprometidos em garantir o bem-estar da sociedade como um todo.